Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	
10.2 - Resultado operacional e financeiro	24
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	30
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	32
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como taxas de juros, taxa de câmbio, inflação, liquidez dos mercados financeiros e preços de *commodities*. Alterações nestes fatores influenciam os resultados da Companhia.

Em relação a preços de *commodities*, a Companhia está exposta basicamente aos preços relacionados a carvão e minério de ferro, os quais representam 27% do custo de produção consolidado da Companhia.

A Companhia apresenta parte de seu endividamento denominado em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte americanos, enquanto parte significativa de suas receitas é em reais.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava uma posição passiva liquida em moeda estrangeira de R\$ 2.026.053 mil, oriunda de passivos no montante de R\$3.276.140 mil, compensada parcialmente por ativos no montante de R\$ 1.250.087 mil,

As vendas de produtos da Companhia são destinadas principalmente para o mercado interno, podendo ser suas exportações insuficientes para compensar a posição passiva em moeda estrangeira.

Diante de tal fato, uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras (particularmente, em relação ao dólar norte americano) aumentaria o endividamento medido em reais da Companhia, com consequente efeito adverso sobre seus resultados e sua condição financeira.

<u>Elevações das taxas de juros local e internacional podem afetar negativamente os resultados da Companhia.</u>

Parte substancial do endividamento da Companhia é atrelada a taxas de juros flutuantes. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava parte de suas dívidas totais consolidadas em taxas de juros flutuantes, principalmente em TJPL, CDI e Libor, sendo R\$ 836.348 mil em TJLP, R\$ 2.526.983 mil em CDI e R\$ 1.464.803 mil em Libor, correspondendo, respectivamente, a 12%, 37% e 21% de suas dívidas totais consolidadas.

Dessa forma, elevações nas taxas de juros locais e/ou internacionais, especialmente TJLP, CDI e Libor, poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

O Governo Federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. A conjuntura econômica e política brasileira têm um impacto direto sobre as atividades da Companhia.

O Governo Federal por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e influenciar outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação ou apreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas.

As medidas adotadas pelo Governo Federal em relação à economia poderão ter efeitos importantes sobre as companhias e outras entidades no Brasil, inclusive a Companhia, e sobre as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários brasileiros. A Companhia poderá ser adversamente afetada pelas mudanças nas políticas do Governo Federal, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- inflação;
- estagnação da economia;
- flutuações nas taxas de câmbio e valorização/desvalorização da moeda;
- liquidez do mercado de valores mobiliários e de empréstimos locais;
- instabilidade dos preços e
- escassez de energia elétrica e programas de racionamento.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades, os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode prever que políticas fiscais, cambiais, monetárias, previdenciárias, entre outras, serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, nem se essas políticas resultarão em consequências adversas para a economia do País, nossos negócios, nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas.

Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar os negócios da Companhia.

No passado, o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2013, a taxa SELIC variou entre 18,00% e 10,00% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia.

As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos da Companhia. Qualquer destes fatores poderia afetar os negócios da Companhia negativamente.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a Companhia.

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira teve frequentes e substanciais variações em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a taxa de câmbio era de R\$2,34, R\$2,04, R\$1,88 por US\$1,00 respectivamente, com o real desvalorizando-se 14,6% em 2013, em 8,5% no ano de 2012 e 12,6% no ano de 2011.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias no Brasil e causar o aumento das taxas de juros, o que, por sua vez, pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral por redução de consumo e prejudicar tanto a situação financeira como os resultados operacionais da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Contrariamente, a valorização do Real em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras pode resultar na piora da balança comercial brasileira, favorecendo as importações e aumentando a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

concorrência dos nossos produtos no mercado local, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros e o preço das ações de emissão da Companhia.

O mercado para os valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em certa medida, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de outros países da América Latina e de outros países emergentes.

Embora as condições econômicas desses países sejam diferentes das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das ações de emissão da Companhia. Eventuais crises em outros países emergentes podem reduzir a demanda de investidores por valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Esses fatos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, que, se reduzido, pode dificultar ou mesmo impedir o acesso da Companhia ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro.

Uma política de racionamento de energia no Brasil poderá afetar os resultados da Companhia

Em caso de restrição imposta pelo Governo para racionamento de energia elétrica, os resultados e condições financeiras da Companhia poderão ser afetados negativamente, conforme mencionado no item 4.1.a deste Formulário de Referência,

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

Além disso, a Companhia não pode assegurar liquidez das ações de sua emissão. Esses fatores podem limitar consideravelmente a capacidade do detentor de ações de emissão da Companhia de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca reduzir a exposição cambial à volatilidade de moedas, preços de *commodities*, taxas de juros, volatilidade no fluxo de caixa, e evitar o descasamento entre moedas.

A Companhia não adota proteções específicas relacionadas à inflação ou à liquidez de mercado.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para proteger o Balanço Patrimonial, em relação à exposição a dívidas e fornecedores em moeda estrangeira, a Companhia privilegia operações de hedge natural, possuindo ativos também atrelados à moeda estrangeira (caixa, aplicações financeiras e recebíveis oriundos de exportações), que diminuem a exposição cambial. Adicionalmente, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o mesmo objetivo.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados pela Companhia são operações de: (i) swap de moeda, substituindo a exposição cambial de moeda estrangeira para Reais; (ii) operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) com o objetivo de fixar a taxa da moeda estrangeira a ser adquirida pela Companhia para pagamento de suas obrigações em moeda estrangeira; (iii) swap de taxa de juros, substituindo taxa flutuante por taxa fixa; (iv) hedge de commodities, evitando oscilações bruscas em seus preços e (v) *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting*),como instrumento de proteção contra risco cambial.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos

A Política Financeira da Companhia, que abrange também as suas controladas, estabelece os seguintes parâmetros:

- são estabelecidos critérios para a seleção dos bancos e para a escolha dos investimentos permitidos.
- são estipulados os objetivos das operações de derivativos e limites permitidos.
- são definidos o nível de contração de suas operações.
- são controlados o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.
- monitoramento da exposição cambial.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Conforme descrito na letra "c" acima, os instrumentos utilizados são instrumentos financeiros de derivativos com o objetivo de proteção (hedge), reduzindo a exposição da Companhia à volatilidade de moedas, preços de commodities, taxas de juros, volatilidade no fluxo de caixa, e evitar o descasamento entre moedas. A Companhia não contrata instrumentos financeiros com outros objetivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A execução das atividades de controle é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia com base nas normas corporativas aprovadas e amplamente divulgadas. Para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos estabelecidos na Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia possui um Comitê Financeiro que se reúne periodicamente e acompanha as posições financeiras. Esse monitoramento também é feito pela Gerência-Geral de Auditoria a partir dos trabalhos de *compliance* à Política Financeira.

Subordinada ao Conselho de Administração, a Gerência-Geral de Auditoria é responsável por avaliar o sistema de controles internos e reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria, órgão obrigatório pelo Estatuto Social da Empresa, formado principalmente por membros do Conselho.

Em 2013, a Auditoria zelou pela manutenção dos níveis de Governança Corporativa, pela maturidade na utilização da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos. O resultado das auditorias proporcionou melhorias na estrutura de controles internos, aprimoramento das práticas de Governança Corporativa e contribuiu para a implementação de medidas preventivas para a redução dos riscos da Companhia.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos estão adequados e encontram-se em processo de melhoria contínua. A Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos comitês internos e pelas auditorias no que diz respeito à adequação da política de gerenciamento de riscos, bem como a prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação aos riscos apresentados nos itens 5.1 e 5.2, a Companhia entende que não houve alterações significativas nos riscos apresentados, quando comparados com o exercício anterior.

No ano de 2009, a Companhia adotou uma Política Financeira, que tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para o gerenciamento e aplicações de recursos financeiros, em coerência com as diretrizes estratégicas e o perfil de riscos do negócio. Esta política visa garantir a eficiência na gestão dos ativos e passivos financeiros da empresa, suportada pelas diretrizes de Gestão de Caixa e Gestão de Riscos de Mercado, aprovadas pela diretoria.

Em 2013, o impacto cambial no resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$241 milhões, em função da desvalorização de 14,6% do real frente ao dólar norte americano. Em 2012, o impacto cambial no resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$191 milhões, em função da desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano. Em 2011, os impactos cambiais foram positivos em seu resultado financeiro no montante de R\$54 milhões, em função da valorização do real frente ao dólar norte americano de 13%. Estes impactos são basicamente relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (principalmente dólar norte americano), que eram 34% do total financiado em 2013, 45% do total financiado em 2012, 47% do total financiado em 2011.

A Companhia busca se proteger das variações de moedas, efetuando operações de swap, sempre respeitando as diretrizes estabelecidas em sua Política Financeira.

No ano de 2013, 78,9% das dividas em moeda estrangeiras estavam registradas no Longo Prazo. Em 2012 e em 2011 este percentual era de 83,5% e 87,7% respectivamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações consideradas relevantes.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2013 representou para a Usiminas um ano de consolidação de várias iniciativas visando ampliar sua rentabilidade e diminuir seu nível de endividamento. Continuaram os esforços por reduzir custos e aumentar a eficiência nas plantas, controlar os estoques e aprofundar no atendimento das demandas dos nossos clientes. O EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$1,806 bilhão, apresentando um significativo crescimento de 159,3% quando comparado ao ano de 2012, que foi de R\$697 milhões. Isso se deve ao melhor desempenho em todas as unidades de negócios, destacando-se o maior volume de vendas das unidades de Siderurgia e de Mineração. A dívida líquida, definida como dívida financeira bruta menos caixa e aplicações financeiras, no final de 2013 totalizava R\$ 3,4 bilhões. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2013 era de 1,9 vezes enquanto em 31/12/2012 era de 4,8 vezes. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 31/12/2013 alcançou 1,86 vezes, ligeiramente inferior ao apurado em 31/12/2012 de 1,98.

No ano de 2012, o EBITDA ajustado totalizou R\$697 milhões, apresentando um decréscimo de 46% quando comparado ao ano de 2011, que foi de R\$1,3 bilhão, em função, principalmente, da redução do lucro bruto, com menores preços e mix desfavorável de vendas na Siderurgia. A dívida líquida no final de 2012 era de R\$3,7 bilhões, contra R\$3,9 bilhões no final de 2011. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2012 era de 4,7 vezes mostrando um significativo aumento comparado ao ano anterior conseqüência da queda no EBITDA. O índice de liquidez em 31/12/2012 corrente alcançou 1,98 vezes, contra 3,05 apurado em 31/12/2011, devido à redução dos volumes de estoques e aumento no saldos de fornecedores principalmente.

No ano de 2011, o EBITDA totalizou R\$1,3 bilhão e apresentou decréscimo de 52,3% quando comparado ao ano de 2010, devido principalmente ao aumento de preços das principais matérias-primas, menor volume de vendas pela Siderurgia e queda no preço médio no mercado interno, afetado por importações. Em 31/12/2011 a relação dívida líquida sobre o Ebitda era de 3,1 vezes. O índice de liquidez em 31/12/2011 atingiu 3,05 vezes.

Os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. A melhoria nos indicadores financeiros registrados em 2013, principalmente conseqüência da melhor performance dos negócios refletido no EBITDA, levou a Companhia a uma posição de maior conforto em relação às cláusulas contratuais dos seus financiamentos.

O capital de giro e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir as necessidades de recursos, pelo menos, para os próximos doze meses.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Administração da Usiminas entende que as condições de dívida e aplicações financeiras são adequadas para suportar as necessidades futuras provenientes de investimentos, capital de giro e amortização de dívidas.

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros, vem reduzindo desde 2011 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

		E	Em reais mil
R\$ mil	2013	2012	2011
Passivo Total	12.524.049	14.260.747	14.338.847
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	3.468.816	4.660.876	5.131.805
Passivo Total Líquido (A)	9.055.233	9.559.871	9.207.042
Patrimônio líquido (B)	18.833.945	18.513.073	19.014.205
Relação (A) / (B)	48%	52%	48%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31/12/2013, a Companhia possuía um caixa de R\$ 3,5 bilhões (R\$4,7 bilhões em 31/12/2012 e R\$5,1 bilhões em 31/12/2011). Sua dívida apresenta um prazo médio de 3 anos em 2013 (6 anos em 2012 e 4 anos 2011). A concentração da dívida no curto prazo em 31/12/2013 é de 19,6% do total da dívida (20% em 2012 e 13% em 2011).



A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os

prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui uma política de manutenção de um caixa mínimo para assegurar um nível de liquidez de acordo com suas operações. Os financiamentos são contratados considerando a projeção de geração de caixa futuro e o plano de investimentos definidos pela Administração. A política de financiamento visa evitar necessidades urgentes de recursos e aproveitar condições vantajosas de mercado na captação de recursos financeiros.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item acima, a política da Companhia é a manutenção de um nível de caixa confortável, associado a um perfil de vencimentos adequado e à contratação de financiamentos de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia possui uma linha de crédito rotativa com o BNDES no valor de R\$2,0 bilhões para financiamento de ativo imobilizado.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Conforme Notas Explicativas 20 (Empréstimos e Financiamentos) e 21 (Debêntures) das demonstrações financeiras anuais, as Empresas Usiminas possuíam em 31/12/2013 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$5,8 bilhões (R\$ 7,7 bilhões em 31/12/2012 e R\$8,1 bilhões em 31/12/2011) e R\$ 1 bilhão de debêntures (R\$ 258 milhões em 31/12/2012 e R\$ 524 milhões em 31/12/2011).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As principais operações de financiamentos são:

- 1) Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finame com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2023. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R\$1,1 bilhão (31/12/2012 R\$ 1,2 bilhões e 31/12/2011 R\$ 1,4 bilhões).
- 2) Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2018. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R\$ 1,4 bilhão (31/12/2012 R\$ 1,5 bilhão e 31/12/2011 R\$ 1,5 bilhão).
- 3) Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2018. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R\$ 2,5 bilhões (31/12/2012 R\$ 2,9 bilhões e 31/12/2011 R\$ 2,8 bilhões).
- 4) Emissão de Eurobonds através das subsidiárias Cosipa Commercial e Usiminas Commercial, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia, com vencimentos em 2016 e 2018. Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018. A operação permite uma melhor alocação dos recursos da

PÁGINA: 10 de 46

Companhia, diminui a sua alavancagem bruta e reduz os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R\$ 586 milhões (31/12/2012 R\$ 1,3 bilhão e 31/12/2011 R\$ 1,2 bilhão).

- 5) Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2019, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31/12/2013 o saldo devedor desta operação era de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 258 milhões em 31/12/2012 e R\$ 524 milhões em 31/12/2011).
- 6) Contratos de Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas para exportação de produtos siderúrgicos com vencimento até 2015. Em 31/12/2013 o saldo devedor desta operação era de R\$ 24 milhões (31/12/2012 R\$ 552 milhões e 31/12/2011 R\$ 1,0 bilhão).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 25 de março de 2013, a Administração decidiu cancelar a linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), contratado em 28 de julho de 2011, cujo valor total era de US\$750,0 milhões e período de vigência de 5 anos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31/12/2013, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2019, conforme item nº 19 relacionado no subitem f.i acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros citados no item (i) exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O descumprimento dessas exigências poderia gerar uma antecipação do vencimento das obrigações. As cláusulas são:

- limitação de alienação de ativos permanentes em relação ao valor do ativo permanente consolidado.
- limitação de alienação de recebíveis provenientes de exportações em relação ao valor da receita líquida de exportação.
- limitação da Dívida Total em relação ao EBITDA.
- limitação da Dívida Total em relação a Divida Total somada ao Patrimônio Líquido.
- limitação da Dívida Líquida em relação ao EBITDA.
- limitação das despesas de juros em relação ao EBITDA.
- restrições a alterações no controle acionário.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia deixou de cumprir a condição contratual de empréstimos e financiamentos (índice financeiro dos covenants), relativo a Dívida Total em relação ao EBITDA para determinados contratos. Esse fato foi devidamente comunicado aos credores e foi solicitado aos

credores concessão de um perdão (*waiver*), o que foi obtido com pleno êxito para todos os contratos no mês de Dezembro de 2013.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31/12/2013, a Companhia ainda possuía o montante de R\$ 2,0 bilhões disponíveis com o BNDES para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial nos anos 2013, 2012 e 2011 e suas variações

Ativo

	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011	Análise Horizontal 2013 x 2012	Análise Horizontal 2012 x 2011
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.633.187	8%	3.123.318	10%	2.842.422	9%	-16%	10%
Títulos e valores mobiliários	835.629	3%	1.537.558	5%	2.289.383	7%	-46%	-33%
Contas a receber de clientes	1.639.551	5%	1.568.105	5%	1.253.009	4%	5%	25%
Estoques	3.850.420	12%	3.767.984	11%	5.046.156	15%	2%	-25%
Impostos a recuperar	323.520	1%	485.093	1%	779.898	2%	-33%	-38%
Dividendos a receber	12.413	0%	12.134	0%	13.920	0%	2%	-13%
Instrumentos financeiros derivativos	45.637	0%	50.093	0%	29.464	0%	-9%	70%
Demais contas a receber	119.937	0%	161.829	0%	273.704	1%	-26%	-41%
Total do ativo circulante	9.460.294	30%	10.706.114	33%	12.527.956	38%	-12%	-15%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.914.996	6%	1.513.879	5%	797.146	2%	26%	90%
Valores a receber de empresas ligadas	20.831	0%	19.636	0%	5.710	0%	6%	244%
Depósitos judiciais	565.404	2%	599.206	2%	626.348	2%	-6%	-4%
Instrumentos financeiros derivativos	40.608	0%	286.508	1%	435.972	1%	-86%	-34%
Impostos a recuperar	113.474	0%	131.583	0%	153.681	0%	-14%	-14%
Demais contas a receber	175.029	1%	68.558	0%	60.101	0%	155%	14%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.159.948	4%	1.182.052	4%	1.229.660	4%		-4%
Imobilizado	15.506.833	49%	15.852.506	48%	15.091.877	45%	-2%	5%
Intangível	2.400.577	8%	2.413.778	7%	2.424.601	7%	-1%	0%
Total do ativo não circulante	21.897.700	70%	22.067.706	67%	20.825.096	62%	-1%	6%
TOTAL DO ATIVO	31.357.994	100%	32.773.820	100%	33.353.052	100%	-4%	-2%

PÁGINA: 12 de 46

Passivo e Patrimônio Liquido

	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011	Análise Horizontal 2013 x 2012	Análise Horizontal 2012 x 2011
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.422.024	8%	2.280.432	7%	1.452.480	4%	6%	57%
Empréstimos e financiamentos	1.288.645	4%	1.400.823	4%	838.501	3%	-8%	67%
Debêntures	41.525	0%	257.664	1%	274.419	1%	-84%	-6%
Adiantamentos de clientes	178.309	1%	279.297	1%	202.976	1%	-36%	38%
Valores a pagar a empresas ligadas	140.042	0%	204.920	1%	156.844	0%	-32%	31%
Salários e encargos sociais	250.849	1%	279.233	1%	299.654	1%	-10%	-7%
Tributos a recolher	131.099	0%	114.844	0%	121.077	0%	14%	-5%
Tributos parcelados	25.770	0%	32.103	0%	58.104	0%	-20%	-45%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.179	0%	83.185	0%	197.549	1%	-95%	-58%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar Instrumentos financeiros	1.122	0%	26.635	0%	69.704	0%	-96%	-62%
derivativos	51.015	0%	42.209	0%	43.589	0%	21%	-3%
Contas a pagar por aquisição de investimentos	213.607	1%	178.249	1%	156.193	0%	20%	14%
Demais contas a pagar	339.305	1%	221.461	1%	235.890	1%	53%	-6%
Total do passivo circulante	5.087.491	16%	5.401.055	16%	4.106.980	12%	-6%	32%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.512.891	14%	6.339.267	19%	7.228.560	22%	-29%	-12%
Debêntures	997.920	3%	-		250.000	1%	100%	-100%
Valores a pagar a empresas ligadas	-		-		6.750	0%		-100%
Tributos parcelados	36.083	0%	41.483	0%	33.017	0%	-13%	26%
Provisão para demandas judiciais	506.679	2%	447.933	1%	350.141	1%	13%	28%
Provisão para recuperação ambiental	76.588	0%	77.703	0%	108.260	0%	-1%	-28%
Benefícios pós-emprego	1.230.316	4%	1.396.812	4%	1.277.473	4%	-12%	9%
Instrumentos financeiros derivativos	52.910	0%	323.790	1%	547.250	2%	-84%	-41%
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-		178.249	1%	312.385	1%	-100%	-43%
Demais contas a pagar	23.171	0%	54.455	0%	118.031	0%	-57%	-54%
Total do passivo não circulante	7.436.558	24%	8.859.692	27%	10.231.867	31%	-16%	-13%
Total do passivo	12.524.049	40%	14.260.747	44%	14.338.847	43%	-12%	-1%

PÁGINA: 13 de 46

	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011	Análise Horizontal 2013 x 2012	Análise Horizontal 2012 x 2011
Patrimônio líquido								
Capital social	12.150.000	39%	12.150.000	37%	12.150.000	36%	0%	0%
Reservas de capital	313.084	1%	219.684	1%	2.274	0%	43%	9561%
Reservas de lucros	3.699.154	12%	3.804.403	12%	4.517.043	14%	-3%	-16%
Ajustes de avaliação patrimonial	549.670	2%	434.342	1%	614.476	2%	27%	-29%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	16.711.908	53%	16.608.429	51%	17.283.793	52%	1%	-4%
Participação dos acionistas não controladores	2.122.037	7%	1.904.644	6%	1.730.412	5%	11%	10%
Total do patrimônio líquido	18.833.945	60%	18.513.073	56%	19.014.205	57%	2%	-3%
Total do passivo e do patrimônio líquido	31.357.994	100%	32.773.820	100%	33.353.052	100%	-4%	-2%

A seguir, estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 5% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios:

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado do ano 2013 em comparação com o ano 2012 Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$1,2 bilhão verificada no ano de 2013, ocorreu principalmente em função da compra de EUROBONS de própria emissão da Companhia no valor de R\$ 756 milhões e pagamento líquido de empréstimos e financiamentos valor de R\$ 761 milhões.

Contas a Receber de Clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 4,6% o equivalente a R\$ 71 milhões, principalmente em decorrência da alteração do mix de vendas, com aumento das vendas no mercado local, com maiores prazos de pagamento.

Ativo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R\$ 401 milhões, devido ao aumento dos prejuízos fiscais em R\$ 186 milhões e apuração de diferenças temporárias, sendo as principais provisão para demandas judiciais, provisão para participação nos lucros entre outros.

PÁGINA: 14 de 46

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$ 246 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen, que são os dois principais indexadores das operações de swap da Companhia. As operações que possuem posição ativa em Yen obtiveram uma variação negativa na marcação a mercado dos instrumentos de swap. O objetivo dessas operações é proteger o fluxo da dívida da Companhia.

Passivo Circulante

Fornecedores, empreiteiros e fretes

O aumento nas contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes em 6%, passando de R\$ 2,28 bilhões para R\$ 2,42 bilhões em 31 de dezembro de 2013, ocorreu basicamente em função do fluxo de operações da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$ 112 milhões, reflete a amortização da dívida ocorrida no ano de 2013, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Debêntures

A redução das debêntures de curto prazo em R\$ 216 milhões, passando de R\$ 258 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2013, foi em decorrência do pagamento das debêntures pelo seu vencimento.

Salários e encargos sociais

Os salários e encargos sociais reduziram R\$ 28 milhões no período, em decorrência dos efeitos da Lei de desoneração da folha de pagamento, readequação do quadro de colaboradores e também pela venda da Automotiva Usiminas que não possui seus números consolidados em 2013 no valor de R\$ 10 milhões.

Demais contas a pagar

O aumento no montante registrado em demais contas a pagar em R\$117 milhões, variando de R\$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2013, foi em decorrência de maiores valores a pagar de participação nos lucros de empregados em R\$ 45 milhões e aumento de outros impostos a pagar no valor de R\$ 50 milhões, principalmente IPTU.

PÁGINA: 15 de 46

Passivo Não circulante

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em R\$ 1.8 bilhão no ano de 2013, reflete a amortização da dívida ocorrida no ano, decorrente dos seus vencimentos e da concentração da administração em reduzir a dívida da Companhia. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Debêntures

O aumento do montante registrado nas Debêntures em R\$ 997 milhões decorre da operação de debêntures simples, não conversíveis em ações, realizada em 2013, no valor de R\$ 1,0 bilhão com prazo de vencimento em seis anos e taxa de 1% a.a + 100% do CDI.

Provisão para demandas judiciais

O aumento no montante registrado para demandas judiciais foi de 13%, variando de R\$ 448 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 506 milhões em 31 de dezembro de 2013, refletindo provisões constituídas para processos trabalhistas e atualização monetária dos processos existentes.

Benefícios pós-emprego

A redução do montante registrado para benefícios pós-emprego em R\$ 166 milhões, variando de R\$ 1.397 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.230 milhões em 31 de dezembro de 2013, decorre principalmente da revisão anual das premissas atuariais sobre os planos de aposentadoria e saúde da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$ 270 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen. As operações que possuem posição passiva em Yen obtiveram uma variação positiva na marcação a mercado dos instrumentos de swap. O objetivo dessas operações é proteger o fluxo da dívida da Companhia.

Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores

O patrimônio líquido dos acionistas controladores aumentou em 1,0%, variando de R\$ 16.608 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.712 milhões em 31 de dezembro de 2013.

PÁGINA: 16 de 46

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado do ano 2012 em comparação com o ano 2011

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A redução de R\$ 471 milhões, variando de R\$ 5,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 4,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012 ocorreu principalmente em função dos pagamentos líquidos de empréstimos no valor de R\$ 1,1 bilhão, compras de imobilizado no valor de R\$ 1,7 bilhão. Essa redução foi parcialmente compensada pela melhoria no capital de giro em R\$ 2,2 bilhões, principalmente estoques.

Contas a receber de clientes

O aumento do contas a receber de clientes foi de 25%, variando de R\$ 1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente do aumento volume vendido de aço na unidade de Siderurgia em 16%.

Estoques

A redução dos estoques em 25%, que totalizou R\$ 1,3 bilhão, foi decorrente do esforço da Companhia em reduzir capital de giro para atingir os níveis adequados de estoques em suas operações.

Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar ou compensar reduziram 38%, variando de R\$ 780 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 485 milhões em 31 de dezembro de 2012, em virtude principalmente da compensação em 2012 de IRPJ e CSSL antecipadas em 2011 e recuperação de PIS e COFINS.

Ativo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, variando de R\$ 797 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1.514 milhões em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da apuração de prejuízos fiscais no valor de R\$ 204 milhões, constituição de imposto de renda diferido sobre ágio na aquisição de empresas no valor de R\$ 304 milhões, e apuração de diferenças temporárias sobre passivo atuarial e demandas judiciais.

Imobilizado

O aumento no ativo imobilizado no valor de R\$ 760 milhões, passando de R\$ 15,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 15,9 bilhões em 31 de dezembro de 2012, em virtude do investimento da laminação de tiras a quente (R\$1,4 bilhão), decapagaem nº3 (R\$162 milhões), dentre outros,

PÁGINA: 17 de 46

parcialmente compensadas pela depreciação do período de R\$ 823 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores, empreiteiros e fretes

O aumento nas contas a pagar a fornecedores e empreiteiros, de 42%, passando de R\$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente do aumento de gastos com materiais e alongamento do fluxo de pagamentos da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O aumento na parcela do circulante de empréstimos de longo prazo em R\$ 562 milhões, foi devido à transferência para curto prazo de empréstimos com vencimento em 2013.

Adiantamentos de clientes

O aumento do adiantamento de clientes em 38%, variando de R\$ 203 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 279,3 milhões, devido aumento das atividades na unidade de Bens de Capital.

Passivo Não circulante

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos em R\$889 milhões, variando sando de R\$ 7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 6.339 milhões em 31 de dezembro de 2012, reflete a redução da dívida, com amortização de encargos e principal, pelos seus vencimentos.

Debêntures

A redução das debêntures em R\$ 250 milhões no longo prazo, refere-se à transferência para o curto prazo das debêntures que irão vencer em 2013. Houve amortização da parcela do curto prazo no valor de R\$ 250 milhões, pelo seu vencimento.

Provisão para demandas judiciais

O aumento no montante registrado para demandas judiciais foi de 28%, variando de R\$ 350 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 448 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente por complemento de provisões trabalhistas no valor de R\$ 44 milhões e ações cíveis no valor de R\$ 45 milhões.

PÁGINA: 18 de 46

Benefícios pós-emprego

O aumento do montante registrado para benefícios pós-emprego em 9%, variando de R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2012, decorre principalmente do atualização das premissas atuariais dos planos de aposentadoria e saúde da Companhia.

Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores

O patrimônio líquido dos acionistas controladores reduziu em 4%, variando de R\$ 17,3 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 16,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função do prejuízo da Companhia.

Demonstrações do resultado dos anos 2013, 2012 e 2011 e suas variações

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.829.467	100	12.710.881	100	11.901.959	100
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(11.353.664)	(88,50)	(12.229.697)	(96,21)	(10.607.791)	(89,13)
Resultado Bruto	1.475.803	11,50	481.184	3,79	1.294.168	10,87
Despesas/Receitas Operacionais	(956.124)	(7,45)	(954.409)	(7,51)	(668.316)	(5,62)
Despesas com Vendas	(336.443)	(2,62)	(374.715)	(2,95)	(458.568)	(3,85)
Despesas Gerais e Administrativas	(567.982)	(4,43)	(480.916)	(3,78)	(510.319)	(4,29)
Outras (Despesas)/Rec. Operacionais	(51.699)	(0,40)	(98.778)	(0,78)	300.571	2,53
Resultado de Equivalência Patrimonial	181.201	1,41	165.638	1,30	66.967	0,56
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	700.880	5,46	(307.587)	(2,42)	692.819	5,82
Resultado Financeiro	(895.209)	(6,98)	(491.144)	(3,86)	(50.015)	(0,42)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(194.329)	(1,51)	(798.731)	(6,28)	642.804	5,40
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	211.120	1,65	200.450	1,58	(113.752)	(0,96)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.791	0,13	(598.281)	(4,71)	404.133	3,40

Analise do resultado consolidado do ano 2013 em comparação com o ano 2012

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2013, a receita liquida consolidada da Companhia alcançou R\$12,8 bilhões, praticamente estável quando comparada com a receita líquida consolidada do ano de 2012 (R\$12,7 bilhões). A receita no mercado interno foi superior ao ano de 2012 em 14,0%, e no mercado externo o desempenho foi inferior em 50,1%. O mix de vendas da unidade de Siderurgia representou 86,9% no mercado doméstico e 13,1% nas exportações, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou um aumento de 26,4%, atingindo R\$1,1 bilhão contra R\$898,5 milhões no ano de 2012, em função do maior volume de vendas e de maiores preços de minério de ferro em 3,3%. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$ 2,5 bilhões, 18,6% superior ao ano de 2012, principalmente devido ao maior volume de vendas e melhores preços. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$972,3 milhões, 4,4% inferior à de 2012, principalmente em decorrência da menor receita obtida no segmento de estruturas.

Custo dos bens ou serviços vendidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o custo de vendas (CPV) consolidado totalizou R\$11,4

PÁGINA: 19 de 46

bilhões, 7,2% menor quando comparado ao de 2012 que foi de R\$12,2 bilhões, em parte devido ao menor volume de aço vendido pela unidade de Siderurgia e às iniciativas de redução de custos, tais como a adequação da mão de obra e redução nos serviços de terceiros e ao aumento da produtividade em toda a Companhia. Na unidade de Siderurgia a redução foi de R\$919 milhões em função, principalmente, do menor volume de vendas totais, e das iniciativas de redução de custos mencionadas. Na unidade de Mineração o CPV aumentou em R\$160 milhões, principalmente em função do incremento de 10,4% no volume de vendas no ano e maiores custos com arrendamento de direitos minerários ocorridos a partir do 2º trimestre de 2013.

Despesas e receitas operacionais

Em 2013 as despesas operacionais consolidadas foram de R\$956,1 milhões, estáveis quando comparadas ao ano de 2012, que foi de R\$ 954,4 milhões. As despesas gerais e administrativas foram superiores em função principalmente da reclassificação de centros de custos de TI, RH e Suprimentos anteriormente classificados como custo. Esta reclassificação permite um maior controle das despesas e maior aprimoramento contábil. Também foram superiores as outras despesas operacionais, como provisões para demandas judiciais em R\$101,5 milhões, acréscimo de R\$ 103,4 milhões no custo líquido das obrigações atuariais e menor contribuição em R\$42,8 milhões do Programa Reintegra. Os aumentos acima foram compensados parcialmente, pela menor despesa com vendas em 10,2%, devido ao menor volume de exportações na Siderurgia e na Mineração.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas operacionais nos dois exercícios (saldos apresentados em milhares de reais).

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com vendas	(336.443)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas	(567.982)	(480.916)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(51.699)	(98.778)
	(956.124)	(954.409)

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido consolidado apresentou uma despesa de R\$895,2 milhões contra uma despesa de R\$491,1 milhões no ano de 2012, efeito do aumento das despesas financeiras decorrentes da desvalorização de 14,6% do Real no período sobre a posição passiva em moeda estrangeira. Durante os anos de 2013 e 2012, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos (saldos apresentados em milhares de reais) podem ser demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Pré-fixada	701.984	10	1.497.058	19
TJLP	836.348	12	959.700	12
Libor	1.464.803	21	2.343.751	29
CDI	2.526.983	37	2.947.977	37
Outras	271.418	4	(8.396)	
	5.801.536	84	7.740.090	97
Debêntures				
CDI	1.039.445	16	257.664	3
	6.840.981	100	7.997.754	100

Em 2013 e 2012, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$ 237 milhões e R\$246 milhões, respectivamente.

Analise do resultado consolidado do ano 2012 em comparação com o ano 2011

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2012 a receita líquida consolidada alcançou R\$12,7 bilhões, superior em 6,8% à receita liquida de 2011 que foi de R\$11,9 bilhões, decorrente principalmente do maior volume vendido de aço na unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2011 em 2,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior em 66,9%. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 7,8%, atingindo R\$0,9 bilhão contra R\$1,0 bilhão no ano de 2011, em função dos menores preços de minério de ferro no mercado global em 2012. Na unidade de Transformação do Aço, a receita líquida foi de R\$2,1 bilhões, 3,3% inferior à de 2011, principalmente devido ao menor volume de vendas realizadas pela Soluções Usiminas. Na unidade de Bens de Capital, a receita líquida apurada foi de R\$1,0 bilhão, 28,3% inferior à de 2011, impactada pela redução dos projetos em carteira.

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2012 o CPV consolidado totalizou R\$12,0 bilhões, 13,2% superior ao de 2011 que foi de R\$10,8 bilhões. Na unidade de Siderurgia o aumento foi de R\$1,3 bilhão, principalmente devido ao maior volume de aço vendido (16,3%), ao efeito cambial sobre os insumos importados e da inflação para os insumos fornecidos no País, incluindo mão de obra, e aos custos com a readequação do quadro de funcionários. Na unidade de Mineração, o CPV aumentou em 72 milhões, principalmente devido ao incremento de 9,9% no volume de vendas.

Despesas e receitas operacionais

Em 2012, as despesas operacionais consolidadas foram de R\$954,4 milhões, superiores em 39,9% quando comparadas com o mesmo período de 2011, que foi de R\$ 682,2 milhões. Este aumento devese principalmente a significativa reversão de contingências judiciais registrada em 2011 que diminuiu as despesas operacionais daquele ano em R\$272 milhões. Em 2012 foram contabilizados R\$103,4 milhões de Custo Líquido das Obrigações Atuariais em decorrência da aplicação da norma CPC 33- R1, em parte compensado pelo programa Reintegra que contribuiu positivamente em R\$71,9 milhões no ano de 2012. As despesas com vendas e gerais e administrativas foram inferiores em conseqüência de maior controle de gastos, principalmente relacionados a serviços contratados.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas operacionais nos dois exercícios (saldos apresentados em milhares de reais).

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com vendas	(374.715)	(461.243)
Despesas gerais e administrativas	(480.916)	(500.800)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(98.778)	279.861
	(954.409)	(682.182)

Resultado financeiro

Em 2012, o resultado financeiro consolidado apresentou uma despesa de R\$491,1 milhões, contra uma despesa de R\$22,6 milhões em 2011 em função, principalmente, dos efeitos cambiais sobre os passivos líquidos em moeda estrangeira, decorrentes da desvalorização de 8,9% do Real frente ao dólar norte americano neste período. Durante os anos de 2012 e 2011, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir (saldos apresentados em milhares de reais):

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Pré-fixada	1.497.058	19	1.282.023	15
TJLP	959.700	12	1.120.181	13
Libor	2.343.751	29	2.796.182	33
CDI	2.947.977	37	2.823.255	33
Outras	(8.396)		45.420	1
	7.740.090	97	8.067.061	95
Debêntures			-	_
CDI	257.664	3	524.419	5
	7.997.754	100	8.591.480	100
•			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Em 2012 e 2011, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$246 milhões e R\$ 272 milhões respectivamente.

PÁGINA: 23 de 46

- a) Resultados das operações do emissor, em especial:
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas, galvanizados, entre outros, realizadas pela unidade de Siderurgia. A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital.

A receita destas unidades é gerada principalmente por:

Mineração: Venda de minério de ferro.

Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos.

Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos principais produtos e também pelas taxas de câmbio que facilita a importação de produtos e dificulta nossa competitividade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a receita liquida consolidada da Companhia alcançou R\$12,8 bilhões, praticamente estável quando comparada com a receita líquida consolidada do ano de 2012 (R\$12,7 bilhões). Esta receita no mercado interno foi superior ao ano de 2012 em 14,0%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2012 em 50,1%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 86,9% no mercado doméstico e 13,1% nas exportações, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou um aumento de 26,4%, atingindo R\$1,1 bilhão contra R\$898,5 milhões no ano de 2012, em função do maior volume de vendas e de maiores preços de minério de ferro em 3,3%. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, 18,6% superior ao ano de 2012, principalmente devido ao maior volume de vendas e maiores preços. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$972,3 milhões, 4,4% inferior à de 2012, principalmente em decorrência da menor receita obtida no segmento de estruturas.

No exercício de 2012 a receita líquida consolidada alcançou R\$12,7 bilhões, superior em 6,8% à receita liquida de 2011 que foi de R\$11,9 bilhões, decorrente principalmente do maior volume vendido de aço na unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2011 em 2,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2011 em 66,9%. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 7,8%, atingindo R\$0,9 bilhão contra R\$1,0 bilhão no ano de 2011, em função dos menores preços de minério de ferro no mercado global em 2012. Na unidade de Transformação do Aço, a receita líquida foi de R\$2,1 bilhões, 3,3% inferior à de 2011, principalmente devido ao menor volume de vendas realizadas pela Soluções Usiminas. Na unidade de Bens de Capital, a receita líquida apurada foi de R\$1,0 bilhão, 28,3% inferior à de 2011, impactada pela redução dos projetos em carteira.

No ano de 2011, a receita líquida consolidada alcançou R\$11,9 bilhões, 8,2% inferior à de 2010, decorrente principalmente do menor volume vendido pela unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2010 em 6,1%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2010 em 8,0%. No mercado interno, os produtos que se destacaram na geração de receita no ano de 2013 e 2012 foram os laminados a quente, laminados a frio, chapas grossas e galvanizados a quente, e em 2011 foram os laminados a quente, laminados a frio e as chapas grossas. No mercado externo, nestes mesmos períodos, as linhas que mais se destacaram na geração da receita foram a de laminados a quente, chapas grossas e a de laminados a frio, além de placas para o ano de 2012.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

i. Volumes de vendas

Indicadores	2013	2012	2013 x 2012	2011
Vendas físicas de aço (t mil)	6.220	6.881	-9,6%	5.916
Mercado Interno	87%	73%	14 pp	82%
Mercado Externo	13%	27%	-14 pp	18%

Vendas de minério (t mil) 6.755 6.115 10,5% 5.571

Em 2013, as vendas físicas de produtos siderúrgicos realizadas pela unidade de Siderurgia foram 9,6% inferior ao volume vendido em 2012, ano este com relevantes vendas de placas de estoque. O *mix* de destino das vendas foi de 86,9% no mercado interno representando um crescimento de 7,2%, na comparação com o ano anterior, e 13,1% no mercado externo, inferior em 56,5% ao volume exportado em 2012, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração, o volume total de vendas registrado foi 10,4% maior quando comparado ao de 2012.

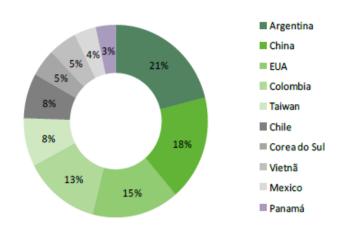
Destacamos o volume de vendas da Siderurgia em 2013:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	20:	13	20	12	20	11	Var. 2013/2012
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	6.220	100%	6.881	100%	5.916	100%	-10%
Chapas Grossas	1.278	21%	1.460	21%	1.491	25%	-12%
Laminados a Quente	2.165	35%	2.074	30%	1.738	29%	-5%
Laminados a Frio	1.462	24%	1.483	22%	1.474	25%	-1%
Eletrogalvanizados	122	1%	142	2%	211	4%	-13%
Galvanizados Imersão a Quente	788	13%	709	10%	500	8%	11%
Produtos Processados	137	2%	169	2%	147	2%	-19%
Placas	268	4%	844	12%	355	6%	-68%

Os principais destinos das exportações em 2013 foram:

Exportação - Principais Mercados - 2013



ii. Preços de vendas

A despeito da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial, os preços de venda dos produtos siderúrgicos mostraram variação positiva em 2013. A receita líquida por tonelada foi positivamente afetada pela maior participação das vendas ao mercado interno e por um melhor mix de produtos vendidos com maior participação de laminados e galvanizados. Adicionalmente, a desvalorização da moeda brasileira fez com que o diferencial de preços entre o aço doméstico e o importado internado no Brasil permanecesse em patamares menos

atrativos às importações. O valor médio por tonelada vendida aumentou em 9,6% que inclui as vendas dos mercados local e exportação.

Para a unidade de Mineração, no ano de 2013, a receita liquida por tonelada foi 14,6% superior ao ano de 2012, em parte impactada pela variação cambial, influente na formação do preço de mercado do minério de ferro. Em 2012, comparando com 2011, houve queda de 15,4%, devido à cotação internacional do produto, utilizada como referência para os principais contratos.

Os preços de venda dos produtos siderúrgicos comercializados pela unidade de Siderurgia foram, ao longo do ano de 2012, afetados pela acirrada concorrência entre as usinas locais. Apesar da desvalorização da moeda brasileira, , o volume de aço importado pelo Brasil manteve-se elevado, pressionando negativamente os preços domésticos. A implementação de medidas de defesa comercial com o aumento do imposto de importação para itens das linhas de chapas grossas e laminados a quente somente ocorreu em outubro de 2012, tendo o seu impacto limitado no ano de 2012. A receita liquida por tonelada de produtos siderúrgicos em 2012 foi inferior em 4,86%, afetados pela maior participação das vendas do mercado externo e a concorrência local comentada.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

As matérias primas representam 42% dos custos de vendas da Companhia e dentre elas destaca-se o minério de ferro e o carvão. Os preços do minério e do carvão são definidos com base em preços internacionais medidos em dólares norte americanos. O preço internacional do minério de ferro mostrou redução em 2012 e ligeira recuperação no ano de 2013, enquanto o carvão registrou redução do preço em 2013. Por sua vez, a desvalorização do real aumentou o custo dos insumos importados de forma geral. A desvalorização do real foi de 14,6% em 2013 (8,9% em 2012 e 12,6% em 2011).

Os gastos com energia elétrica e utilidades representam 8% do custo de venda da Companhia. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato.

Os gastos com mão de obra representam, aproximadamente, 11% do custo de vendas da Companhia e segue a evolução dos acordos salariais das categorias e que acompanham a variação do INPC.

Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Câmbio

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir seus custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas. Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e *Non Deliverable Forwards* (NDF) e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	95.977	173.209	101.718
Títulos e valores mobiliários	833.558	1.528.421	2.289.383
Contas a receber			
Adiantamentos a fornecedores	8.460	3.421	87.860
Instrumentos financeiros derivativos (i)	(17.680)	(29.398)	(125.403)
Investimentos (ii)	-	-	9.617
	1.232.407	1.974.468	2.604.108
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos	(2.364.859)	(3.653.781)	(4.077.442)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(614.622)	(762.571)	(615.617)
Adiantamento de clientes	(8.243)	(44.724)	(4.805)
Demais contas a pagar	(288.416)	10.324	(543.965)
	(3.276.140)	(4.450.752)	(5.241.829)
Exposição líquida	(2.043.733)	(2.476.284)	(2.637.721)

⁽i) Resultado líquido das operações de *swap*. Os contratos de *swap* da Companhia no Brasil são amparados pelo instrumento Contrato Geral de Derivativos (CGD) e registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). No exterior, são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA).

Em 2013 e 2012, a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia foi uma perda de R\$ 240 milhões e R\$ 177 milhões respectivamente enquanto em 2011 representou um ganho R\$ 54 milhões.

Taxa de juros

Durante os anos de 2013, 2012 e 2011, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

				Consol	idado
31/12/2013	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
701.984	10	1.497.058	19	1.282.023	15
836.348	12	959.700	12	1.120.181	13
1.464.803	21	2.343.751	29	2.796.182	33
2.526.983	37	2.947.977	37	2.823.255	33
271.418	4	(8.396)		45.420	1
5.801.536	84	7.740.090	97	8.067.061	95
1.039.445	16	257.664	3	524.419	5
6.840.981	100	7.997.754	100	8.591.480	100
	701.984 836.348 1.464.803 2.526.983 271.418 5.801.536	701.984 10 836.348 12 1.464.803 21 2.526.983 37 271.418 4 5.801.536 84	701.984 10 1.497.058 836.348 12 959.700 1.464.803 21 2.343.751 2.526.983 37 2.947.977 271.418 4 (8.396) 5.801.536 84 7.740.090	701.984 10 1.497.058 19 836.348 12 959.700 12 1.464.803 21 2.343.751 29 2.526.983 37 2.947.977 37 271.418 4 (8.396) 5.801.536 84 7.740.090 97 1.039.445 16 257.664 3	31/12/2013 % 31/12/2012 % 31/12/2011 701.984 10 1.497.058 19 1.282.023 836.348 12 959.700 12 1.120.181 1.464.803 21 2.343.751 29 2.796.182 2.526.983 37 2.947.977 37 2.823.255 271.418 4 (8.396) 45.420 5.801.536 84 7.740.090 97 8.067.061 1.039.445 16 257.664 3 524.419

⁽ii) A Companhia possui participações em empresas no exterior cujo foco principal é a otimização e captação de recursos e as operações de importação de matérias primas e exportação de produtos, estando, portanto, sujeitas ao risco cambial.

Em 2013, 2012 e 2011, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$ 237 milhões, R\$246 milhões e R\$ 272 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI		134.408	216.861
Correção monetária dos depósitos judiciais	35.433	40.651	62.293
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e	(228.769)	(249.026)	(272.541)
financiamentos indexados pelo CDI e TJLP Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos			
indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(240.566)	(176.534)	54.313

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócio: Mineração, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital.

Nos exercícios sociais de 2011 e 2012 não houve alteração nos segmentos operacionais descritos. Em 2013 a Companhia alienou sua participação na controlada Automotiva Usiminas (vide item b abaixo) que era integrante da unidade de negócio de Transformação do Aço.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da Automotiva.

Em 14 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato com a Aethra Sistemas Automotivos S.A. ("Aethra") que previa a transferência da totalidade da sua participação acionária no capital social da Automotiva Usiminas S.A.

Em 20 de dezembro de 2013, após o cumprimento das condições previstas no Contrato, foi concluída a operação de alienação, pela qual a Companhia recebeu o montante de R\$139.501 mil e reconheceu um saldo a receber de R\$15.994 mil.

O Contrato previa ainda que o valor negociado poderia ser ajustado com base na variação do capital de giro entre o balanço da Automotiva Usiminas de março de 2013 e o de fechamento, apurado em novembro de 2013. Após concluída esta etapa da operação, em janeiro/2014 a Aethra pagou a Companhia o montante de R\$16.486 mil.

ii. Aquisição da Mineração Ouro Negro.

Em 25 de novembro de 2011, a controlada Mineração Usiminas S/A adquiriu a totalidade das ações da empresa Mineração Ouro Negro, detentora de recursos minerários da ordem de 205 milhões de toneladas de minério de ferro. O preço de aquisição foi de US\$368,6 milhões, correspondente a R\$698,1 milhões, com base nas demonstrações financeiras da adquirida de 25 de novembro de 2011, que, a valor presente, totaliza R\$628,5 milhões. O valor do caixa pago pela aquisição da Mineração Ouro Negro em 2011 foi de R\$151,9 milhões (líquido do caixa adquirido). O saldo remanescente será amortizado até 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o valor a pagar totaliza R\$213,6 milhões.

Em 28 de setembro de 2012, Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos, simplificando a estrutura organizacional da Companhia e proporcionando uma redução dos custos da sua estrutura societária.

iii. Venda de ações de emissão da Ternium S.A.

Em 21 de fevereiro de 2011, foi concluída a oferta pública de 21.628.728 American Depositary Shares ("ADSs") representativas de ações da Ternium S.A. ("Ternium") (NYSE: TX) detidas pela subsidiária integral da Companhia, Usiminas Europa A/S ("Usiminas Europa"). Com a conclusão da oferta pública e da operação de venda das ações da Ternium, a Usiminas não mais detém qualquer participação acionária naquela companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

c) Eventos ou operações não usuais

i. Aumento de capital na Mineração Usiminas.

Em 26 de setembro de 2013, foi concluído o aporte de capital na Mineração Usiminas S.A.. Na operação, a Companhia promoveu aumento de capital mediante transferência do terreno de sua propriedade em Itaguaí – RJ, no valor de R\$ 245.583 mil, e as acionistas Serra Azul Iron Ore LLC e Sumitomo Corporation do Brasil S.A., empresas do Grupo Sumitomo Corporation, aportaram R\$220.972 mil, sendo R\$ 350.832 mil para aumento de capital e R\$ 115.723 mil como aumento de reservas.

ii. Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda.

Em 26 de outubro de 2012, a Mineração Usiminas S.A., incorporou a sua acionista Summit Empreendimentos Minerais Ltda., sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na forma de incorporação reversa. Em decorrência dessa incorporação, ações representativas do capital social da Mineração Usiminas S.A. pertencentes à Summit Empreendimentos Minerais Ltda. foram atribuídas à Serra Azul Iron Ore L.L.C. e à Sumitomo Corporation do Brasil S.A., únicas quotistas da Summit Empreendimentos Minerais Ltda.

iii. Extinção da Usiminas Portugal.

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior, optando por encerrar as atividades da Usiminas Portugal, empresa localizada em Portugal. Essa empresa era controlada da Usiminas International, investimento direto da Usiminas.

iv. Extinção da Fasal Trading Corporation.

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior e encerrou as atividades da Fasal Trading Corporation, localizada na Flórida, nos Estados Unidos. Essa empresa era controlada da Fasal Trading Brasil, investimento direto da Usiminas.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para os anos de 2012 e 2011, não houve novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS que impactem significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Para o ano de 2013, A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes.

Essas incluem:

CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas

CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades

CPC 46 Mensuração do Valor Justo

CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis.

Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes, como seguem:

(1) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia adotou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os empreendimentos controlados em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll, bem como a controlada Mineração Usiminas deixou de consolidar proporcionalmente o seu empreendimento controlado em conjunto Modal. Consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%), Usiroll (50%) e Modal (50%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(2) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes foram reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(3) Outras reapresentações

(i) Depósitos Judiciais

A Companhia reavaliou a forma de apresentação dos depósitos relacionados a processos sobre demandas judiciais provisionadas. Para 2013, a Administração decidiu manter os saldos desses

PÁGINA: 32 de 46

depósitos classificados no ativo não circulante pelo seu valor total e não mais pelo valor líquido das demandas judiciais. O ano de 2012 foi ajustado para fins comparativos.

(ii) DFC - Demonstração do fluxo de caixa

Refere-se à movimentação da rubrica "títulos e valores mobiliários", que foi reclassificada do grupo de "atividades operacionais" para o grupo de "atividades de investimentos".

(iii) DVA - Demonstração do valor adicionado

Refere-se à alteração do valor adicionado distribuído e a distribuir em decorrência da reclassificação dos impostos sobre vendas no consolidado.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em função das alterações nas normas, a Companhia reapresentou em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 2013, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 demonstrando os efeitos significativos causados pelas alterações das normas, conforme a seguir:

(a) Balanço patrimonial

			31/12/2012			01/01/2012
	Saldos			Saldos		
	originais publicados	Outras reapresen- tações	Saldos reapresentados	originais publicados	Outras reapresen- tações	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante	5.829.216	-	5.829.216	6.415.996	-	6.415.996
Não circulante	23.837.938	130.095	23.968.033	23.822.554	112.838	23.935.392
Realizável a longo prazo	1.935.331	130.095	2.065.426	1.793.183	112.838	1.906.021
Investimento	7.780.318	-	7.780.318	8.100.465	-	8.100.465
Imobilizado	13.974.626	-	13.974.626	13.786.171	-	13.786.171
Intangível	147.663		147.663	142.735		142.735
Total do ativo	29.667.154	130.095	29.797.249	30.238.550	112.838	30.351.388
Passivo e patrimônio						
Circulante	4.690.077	-	4.690.077	3.405.007	-	3.405.007
Não circulante	8.368.648	130.095	8.498.743	9.549.750	112.838	9.662.588
Patrimônio líquido	16.608.429		16.608.429	17.283.793		17.283.793
Total do passivo e	29.667.154	130.095	29.797.249	30.238.550	112.838	30.351.388

Controladora

Conso	lidado
-------	--------

				31/12/2012				01/01/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresen- tações	Saldos reapresen- tados	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresen -tações	Saldos reapresen- tados
Ativo								
Circulante	10.780.645	(74.531)	-	10.706.114	12.616.945	(88.989)	-	12.527.956
Não circulante	21.993.574	(94.543)	168.675	22.067.706	20.743.480	(64.703)	146.319	20.825.096
Realizável a longo prazo	2.444.744	5.951	168.675	2.619.370	1.939.992	(7.353)	146.319	2.078.958
Investimento	453.062	728.990	-	1.182.052	428.382	801.278	-	1.229.660
Imobilizado	16.653.120	(800.614)	-	15.852.506	15.921.154	(829.277)	-	15.091.877
Intangível	2.442.648	(28.870)		2.413.778	2.453.952	(29.351)		2.424.601
Total do ativo	32.774.219	(169.074)	168.675	32.773.820	33.360.425	(153.692)	146.319	33.353.052
Passivo e patrimônio								
Circulante	5.402.921	(1.866)	-	5.401.055	4.092.173	14.807	-	4.106.980
Não circulante	8.858.225	(167.208)	168.675	8.859.692	10.254.047	(168.499)	146.319	10.231.867
Patrimônio líquido	18.513.073			18.513.073	19.014.205			19.014.205
Total do passivo e	32.774.219	(169.074)	168.675	32.773.820	33.360.425	(153.692)	146.319	33.353.052
^/								

(b) Demonstração do resultado

Controladora

			31/12/2012
	Saldos originais publicados	Alteraçoes do CPC 33 (R1)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	11.414.421	-	11.414.421
Custo dos produtos e serviços vendidos	(11.759.451)	-	(11.759.451)
Receitas (despesas) operacionais	(422.251)	(101.487)	(523.738)
Resultado financeiro	(864.276)	-	(864.276)
Resultado de equivalência patrimonial	700.468	-	700.468
Provisão IR e CSLL	291.515	34.506	326.021
Lucro líquido do período	(639.574)	(66.981)	(706.555)

Consolidado

				31/12/2012
	Saldos originais publicados	Alteraçoes do CPC 19 (R2)	Alteraçoes do CPC 33 (R1)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	12.708.799	2.082		12.710.881
Custo dos produtos e serviços vendidos	(12.048.300)	(181.397)	-	(12.229.697)
Receitas (despesas) operacionais	(860.142)	7.220	(101.487)	(954.409)
Resultado financeiro	(502.631)	11.487	-	(491.144)
Resultado de equivalência patrimonial	61.168	104.470	-	165.638
Provisão IR e CSLL	109.806	56.138	34.506	200.450
Lucro líquido do período	(531.300)		(66.981)	(598.281)

(c) Demonstração do fluxo de caixa

Controladora

			31/12/2012
	Saldos originais publicados	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.076.755	(115.259)	1.961.496
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	121.978	115.259	237.237
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.321.826)	-	(1.321.826)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	887.517	-	887.517
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no	363.586		363.586
final do exercício	1.251.103	-	1.251.103

Consolidado

	_			31/12/2012
-	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades	3.409.075	(217.495)	(751.826)	2.439.754
Caixa líquido aplicado nas atividades	(1.843.443)	186.672	751.826	(904.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de	(1.296.790)	32.267		(1.264.523)
Variação cambial sobre caixa e	10.610			10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de	279.452	1.444	-	280.896
Caixa e equivalentes de caixa no	2.901.312	(58.890)	-	2.842.422
Caixa e equivalentes de caixa no	3.180.764	(57.446)		3.123.318
_				

(d) Demonstração valor adicionado

			Controladora
			31/12/2012
	Saldos originais publicados	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Receitas	15.045.929		15.045.929
Insumos	(12.738.586)	1.934	(12.736.652)
Depreciação	(852.062)	-	(852.062)
Recebido em transferência	978.780	(103.421)	875.359
Valor adicionado a distribuir	2.434.061	(101.487)	2.332.574
Pessoal e encargos	1.119.536	-	1.119.536
Impostos	897.603	(34.506)	863.097
Remuneração de capital de terceiros	1.056.496	-	1.056.496
Remuneração de capital próprio	(639.574)	(66.981)	(706.555)
Valor adicionado distribuído	2.434.061	(101.487)	2.332.574

_			
Cons	\sim	2	10

			31/12/2012	
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Receitas	16.759.074	5.593	726.566	17.491.233
Insumos	(13.446.325)	(177.856)	82.955	(13.541.226)
Depreciação	(997.718)	32.608	-	(965.110)
Recebido em transferência	555.443	(5.607)	-	549.836
Valor adicionado a distribuir	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733
Pessoal e encargos	1.905.353	23.291	-	1.928.644
Impostos	585.607	(83.429)	809.521	1.311.699
Remuneração de capital de terceiros	910.814	(18.143)	-	892.671
Remuneração de capital próprio	(531.300)	(66.981)	-	(598.281)
Valor adicionado distribuído	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor Não há ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas contábeis criticas e também do exercício de julgamento por parte da administração.

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência passada e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que consideramos razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, as empresas Usiminas fazem estimativas com relação ao futuro. Por se tratar de projeções sobre resultados futuros, as estimativas contábeis resultantes poderão ser diferentes dos respectivos resultados reais que tentam estimar. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo, que podem causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor recuperável (impairment) do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo (quando observados indicadores de *impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas (Nota 18).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foi apurada perda por *impairment* nos ativos (31 de dezembro de 2012 – R\$358, perda referente ao ágio alocado na UGC Modal).

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Modal fosse 1% maior que as estimativas da administração, o segmento também não teria reconhecido perda por *impairment*.

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As Empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As Empresas Usiminas definem a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as Empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas provisões e as contingências possíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Provisões para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, as quais são realizadas por meio da sua controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente. A Administração considera que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Segregação de juros e variação monetária relacionada a captações de empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores entendem que a Companhia possui controles internos adequados e que os mesmos demonstraram historicamente ser suficientes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Quando identificadas eventuais imperfeições em referidos controles são estabelecidos planos para sanar as deficiências apontadas.

A auditoria interna zela pela manutenção dos níveis de governança corporativa, pelo desenvolvimento de ações para assegurar maior grau de confiança dos relatórios financeiros e para melhor gerenciar riscos operacionais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente Para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores externos da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas materiais e/ou com impactos sobre as demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não efetuou oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicações divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- Contrato com a Salus Empreendimentos Imobiliários S/A, no valor de R\$144 milhões, com saldo devedor de R\$ 67 milhões, referente à locação de locomotivas, com vencimento em 14/10/2015.
- Contrato com a MRC Logística Ferroviária DZSS-FC Ltda, no valor de R\$29 milhões, com saldo devedor de R\$ 14 milhões, referente à locação de vagões plataformas, com vencimento em 01/03/2017.
- Contrato firmado pela Mineração Usiminas S.A com MBL Materiais Básicos Ltda., em Julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$ 300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de Outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou até a exaustão das reservas minerais.
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

Os principais fornecedores de minério de ferro para a Usiminas Ipatinga são a VALE S/A e a Mineração Usiminas S/A – MUSA. A VALE S/A mantém com a Usiminas contratos de venda de minério de ferro e de logística de transporte do minério Usiminas pela EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas) e FCA – Ferrovia Centro Atlântico.

Em Cubatão, o maior fornecedor é a Mineração Usiminas - MUSA seguida pela CSN e VALE S/A.

O montante que somam os contratos em vigência é de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão por ano.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral* utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2013, correspondente a aproximadamente 4,7 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades das duas usinas siderúrgicas (em Ipatinga e Cubatão) até dezembro de 2013. A compra de coque verde de

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

petróleo no mercado nacional e internacional, do carvão para injeção (PCI) e o antracito estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2013, destacam-se a Alpha Coal, Patriot, Jim Walter Resources, Jellinbah e Petrobrás Distribuidora, responsáveis por aproximadamente 69% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2013, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$ 1,1 bilhão, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$ 250 milhões.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais.

No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais e prorrogar o prazo contratual para 10 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019).

Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A-SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para os anos de 2013 e 2014 também há um fornecimento de energia no volume de 20 MW médios com a empresa CPFL Energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 5 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2019.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado até 31/08/2014 com a previsão de fornecimento de 500.000m³/dia de gás natural para consumo em processos e alto-forno. O valor do contrato é R\$710 milhões. A USIMINAS tem a prerrogativa de renovar este contrato por mais 18 meses ou negociar novos termos, de acordo a sua estratégia.

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A Companhia e a GASMIG possuem dois contratos para fornecimento de gás natural para a Usina de Ipatinga.

Em 21/09/2010 as empresas celebraram o contrato firme. Esse contrato foi renovado até 31/08/2017 com a previsão de fornecimento de 377.000m³/dia de gás natural para consumo em processos. O valor do contrato é R\$337 milhões.

Em 07/12/2010 as empresas celebraram o contrato interruptível. Esse contrato possui renovações automáticas com previsão de fornecimento, quando necessário, de 256.000 m³/dia de gás natural para

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

consumo em alto-forno. No entanto, em substituição a esse contrato interruptível, a USIMINAS vem celebrando sucessivas compras de gás natural de curto prazo, diretamente da GASMIG ou através de leilões realizados pela PETROBRAS às distribuidoras, em volumes variáveis.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas possui contrato com a MRS Logística para serviços de transporte ferroviário de minério de ferro em 16 anos. O saldo deste contrato em 31/12/2013 é de R\$ 585 milhões, e o seu vencimento em 30/11/2026.

Contrato de prestação de serviços com a LLX

A Mineração Usiminas possui contrato com a LLX Logística referente a serviços portuários no período de 05 (cinco) anos contados à partir do primeiro embarque á realizar. O saldo deste contrato em 31/12/2013 é de R\$ 194 milhões.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$1,365 bilhão.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima é apropriada ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

- b) Natureza e o propósito da operação
- O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.
- c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme comentado no item 10.8.